

CONSOLIDAÇÃO DAS BASES AVANÇO NAS ADVERSIDADES

Prevenir e controlar a epidemia

Revitalizar a economia

Beneficiar o bem-estar da população

Promover a diversificação

Impulsionar a reforma

Inovar o desenvolvimento

APP do
Gabinete do Chefe
do Executivo

Descarregar

1 Efectiva normalização da prevenção e controlo da epidemia

- Persistir rigorosamente na estratégia de prevenção e controlo da pandemia «prevenir casos importados e evitar o ressurgimento interno».
- Criar o mecanismo de definição das medidas específicas de prevenção e controlo por categorias e zonas.
- Reforçar a prevenção e controlo conjunto a nível inter-regional.
- Disponibilizar vacinas o mais breve possível.
- Preparar o projecto preliminar para construção de um hospital de campanha.

2 Aceleração da recuperação da economia

- Participar proactivamente na «dupla circulação» económica do País.
- Acelerar a recuperação do desenvolvimento do sector do turismo.
- Aumentar o investimento no que se refere às infra-estruturas.
 - Promover a construção da Linha Leste do Metro Ligeiro, da sua extensão ao Posto Fronteiriço Hengqin, da 4.ª Ligação Rodoviária Marítima Macau - Taipa, entre outras infra-estruturas de transportes.
 - Promover a expansão do Aeroporto e a modificação de parte do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa para criação do Terminal 2 do Aeroporto.
 - Construir as vias rodoviárias e infra-estruturas na Zona A dos Novos Aterros.
- Promover o desenvolvimento sustentável e saudável do sector do jogo.
 - Iniciar a organização e preparação dos trabalhos relativos à nova concessão para exploração de jogos de fortuna ou azar.

3 Promoção da diversificação adequada da economia

- Promover o reposicionamento do desenvolvimento industrial.
 - Implementar o «Plano de bonificação para incentivar o desenvolvimento e a valorização empresarial».
- Desenvolver o sector financeiro moderno e acelerar a criação do mercado de obrigações.
- Promover a industrialização da medicina tradicional chinesa.
 - Acelerar a produção legislativa do regime de registo e controlo dos produtos farmacêuticos chineses.
- Promover a profissionalização e mercantilização do sector de convenções e exposições.
 - Introduzir e realizar em Macau mais projectos internacionais de convenções e exposições de grande envergadura e qualidade.
- Criar gradualmente o comércio electrónico transfronteiriço.
- Promover a industrialização dos sectores cultural e desportivo.
- Reforçar o apoio às pequenas e médias empresas.
 - Implementar diversos planos de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, ajudando-as a resolver os problemas que enfrentam relacionados com o financiamento e com o pessoal.
 - Apoiar as micro, pequenas e médias empresas no desenvolvimento do comércio electrónico.
 - Aperfeiçoar os regimes e mecanismos concernentes à inovação tecnológica, e promover a integração entre as indústrias, instituições universitárias e equipas de investigação.

ANO DE 2021

Medidas principais em prol do bem-estar da população

Todos os residentes de Macau

Contas individuais do regime de previdência central não obrigatório

Verba de activação de 10 000 patacas (residente qualificado)

Plano de Participação Pecuniária *

10 000 patacas (residente permanente)
6 000 patacas (residente não permanente)

Programa de Participação nos Cuidados de Saúde

600 patacas (residente permanente)

Subsídio de Nascimento

5 418 patacas (pode ser requerido por ambos os progenitores)

Quarta fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo

Valor máximo de 6 000 patacas (residente qualificado)

Subvenção do pagamento de tarifas de energia eléctrica para unidades habitacionais

200 patacas/mês (por cada unidade habitacional)

Subvenção do pagamento de tarifas de água regular

Subvenção do pagamento de tarifas de água para as unidades habitacionais e as unidades não habitacionais

Benefícios de tarifas de autocarro

Titulares de cartão porta-moedas electrónico, de cartão para estudantes, de cartão para idosos e de cartão para pessoas deficientes e passageiros que efectuem o pagamento das tarifas por meios electrónicos, aprovados pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego

Contribuição Predial Urbana incidente sobre todos os imóveis

Isenção até 3 500 patacas (residente de Macau)

Isenção do pagamento do Imposto do Selo sobre transmissão de imóveis

Os primeiros 3 milhões de patacas do valor do imóvel adquirido destinado a habitação (residente permanente que não seja proprietário de imóveis)

Incentivo ao aumento da oferta no mercado de arrendamento de imóveis

Redução para 8% da taxa de contribuição predial urbana dos prédios arrendados, mantendo-se essa taxa em 6% para prédios não arrendados

Idosos

Subsídio para idosos

9 000 patacas/ano

Pensão para idosos

3 740 patacas/mês

Incentivo ao emprego

Valor dos rendimentos anuais isentos do imposto profissional fixado em 198 000 patacas, para idosos com idade superior a 65 anos

Novas medidas

Residência para idosos

- Acompanhamento da construção da Residência para idosos
- Planeamento do projecto de cuidados inteligentes

Entrada em funcionamento do primeiro Centro de Serviços Integrados para pessoas com demência

Reforço do apoio comunitário e dos serviços de lares aos idosos com demência e respectivas famílias

Estudantes

Ensino não superior: Subsídio para aquisição de manuais escolares

3 550 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino secundário)
3 000 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino primário)
2 400 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino infantil)

Estudantes provenientes de famílias com dificuldades económicas: subsídios de propinas, de alimentação e de aquisição de material escolar

Subsídio de propinas:

Valor máximo de 9 000 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino secundário complementar)
Valor máximo de 6 000 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino secundário geral)
Valor máximo de 4 000 patacas/ano lectivo (estudantes dos ensinos infantil e primário)

Subsídio de alimentação:

3 950 patacas/ano lectivo (estudantes dos ensinos infantil, primário e secundário)

Subsídio de aquisição de material escolar:

3 350 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino secundário)
2 600 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino infantil e primário)

Subsídios de propinas e de aquisição de material escolar para estudantes de Macau que frequentem escolas na província de Guangdong

Subsídio de propinas:

Valor máximo de 6 000 patacas/ano lectivo (estudantes dos ensinos primário e secundário)
Valor máximo de 8 000 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino infantil)

Subsídio de aquisição de material escolar:

1 700 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino secundário)
1 450 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino primário)
1 150 patacas/ano lectivo (estudantes do ensino infantil)

Ensino superior: Subsídio de aquisição de material escolar

3 300 patacas (residente de Macau)

Famílias em situação vulnerável

Índice mínimo de subsistência

4 350 patacas/agregado familiar composto por uma pessoa

Apoio financeiro

- Dar continuidade à atribuição de 13 prestações do subsídio do apoio financeiro
- Atribuição de uma prestação adicional, correspondente a um mês de subsídio, às famílias beneficiárias (agregado familiar composto por uma a oito pessoas, no valor de 4 350 patacas a 20 270 patacas/mês)

Apoio especial para a manutenção de vida aos três tipos de família em situação vulnerável

- Apoio para actividades de aprendizagem: 300 patacas a 750 patacas/mês
- Apoio para cuidados médicos específicos: 1 000 patacas a 1 200 patacas/mês
- Apoio de invalidez: 750 patacas a 1 000 patacas/mês

*Obs: Forma de distribuição a determinar consoante as circunstâncias

Subsídio especial atribuído através do Programa de inclusão e harmonia na comunidade

Subsídio atribuído em duas prestações anuais, aos três tipos de família em situação vulnerável, com rendimento máximo correspondente a 1,8 vezes do índice mínimo de subsistência. Os montantes de cada prestação variam entre 2 650 patacas e 10 100 patacas, consoante a composição dos agregados familiares seja de uma a oito pessoas (famílias monoparentais, pessoas com deficiência e doentes crónicos)

Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo

Prazo máximo de 10 semanas, rendimento máximo correspondente a 1,8 vezes do índice mínimo de subsistência

Famílias arrendatárias de habitações sociais

Isenção de renda mensal, no valor máximo de 2 000 patacas, para as famílias arrendatárias cujos rendimentos não excedam o limite estipulado

Plano provisório de atribuição de abono de residência destinado a agregados familiares que se encontrem em lista de espera do concurso de habitação social de 2017

Atribuição de um montante de 1 650 patacas/mês a agregados familiares compostos por uma a duas pessoas e de um montante de 2 500 patacas/mês a agregados familiares compostos por três ou mais pessoas. O abono é atribuído mensalmente e tem a duração de um ano

Projecto de Serviço sobre a Vida Positiva

Isenção de um montante até 6 530 patacas sobre o total dos rendimentos do agregado familiar no cálculo para a atribuição do apoio social, ao beneficiário reintegrado no mercado de trabalho, sendo o prazo máximo de isenção de 18 meses

Plano de Apoio Comunitário ao Emprego

Atribuição de um subsídio no montante máximo de 2 000 patacas/mês ao participante do plano, consoante as suas condições de trabalho

Pessoas portadoras de deficiência

Subsídio de Invalidez

9 000 patacas/ano (normal)
18 000 patacas/ano (especial)

Trabalhadores portadores de deficiência

Subsidiar a diferença entre o valor do salário mínimo e o rendimento mensal

Empregadores de pessoas portadoras de deficiência

Dedução máxima de 5 000 patacas no valor do imposto complementar de rendimentos ou do imposto profissional, por cada trabalhador portador de deficiência

Incentivo ao emprego

Valor dos rendimentos anuais isentos do imposto profissional fixado em 198 000 patacas, para pessoas portadoras de deficiência que reúnam determinadas condições

Novas medidas:

Plano Piloto de Apoio Financeiro na Aquisição de Equipamentos Auxiliares para Deficientes

Durante a vigência do plano, às pessoas portadoras de deficiência que reúnam as condições financeiras estipuladas, poderá ser atribuído um apoio financeiro até 30 000 patacas para a aquisição de equipamentos auxiliares ou de equipamentos domésticos especiais

Plano Piloto de Atribuição de Subsídios aos Prestadores de Cuidados

2 175 patacas/mês

Serviços de intervenção precoce para crianças com deficiências de desenvolvimento

Aumento do número de vagas no serviço de tratamento de intervenção precoce e disponibilização de mais serviços, tais como treinos precoces, para as crianças com deficiências de desenvolvimento e respectivas famílias.

Trabalhadores

Dedução e devolução do Imposto Profissional

Dedução à colecta do imposto profissional pela percentagem de 30%, com o limite de isenção fixado em 144 000 patacas; devolução do imposto profissional pago referente ao ano de 2019, reembolsando 60% da colecta do imposto referente a esse ano, até ao valor limite de 14 000 patacas

Plano de Formação Subsidiada

- Atribuição de um subsídio no valor máximo de 6 656 patacas aos desempregados e aos recém-graduados locais que frequentem os cursos de formação organizados pelo Governo e orientados para a empregabilidade, com subsequente encaminhamento profissional após a formação
- Atribuição de um subsídio de 5 000 patacas aos trabalhadores locais no activo ou aos seus empregadores, caso estes trabalhadores locais frequentem cursos de formação orientados para a elevação de técnicas profissionais, organizados pelo Governo

Agentes dos sectores industrial e comercial e outros beneficiários

- Manutenção do valor da matéria colectável a beneficiar de isenção de imposto complementar de rendimentos em 600 000 patacas
- Continuidade da isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa de inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto do selo sobre as apólices de seguros, incluindo o seguro de vida, do imposto do selo sobre operações bancárias e do imposto do selo sobre leilões
- Isenção da taxa de licenciamento para afixação de material de propaganda e de publicidade das unidades comerciais e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração
- Isenção do pagamento do imposto do selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência pessoal a espectáculos, exposições ou diversões
- Isenção do imposto complementar de rendimentos sobre os juros e rendimentos obtidos dos títulos de dívida emitidos em Macau, bem como a isenção do imposto do selo sobre os actos relacionados com a emissão, compra e venda ou cessão onerosa destes títulos de dívida
- Isenção do imposto complementar de rendimentos sobre os rendimentos obtidos ou gerados pelas empresas locais nos países de língua oficial portuguesa
- Dedução das «despesas de investigação e desenvolvimento qualificadas» dos rendimentos colectáveis do imposto complementar de rendimentos das empresas



4 Aperfeiçoamento contínuo das acções em prol do bem-estar da população



- As despesas relacionadas com o bem-estar da população não serão reduzidas apesar da contenção das despesas públicas.
- Continuar a implementar medidas vocacionadas para o bem-estar da população.
- **Garantir a prioridade aos trabalhadores residentes no acesso ao emprego.**
 - Implementar rigorosamente o mecanismo da entrada e saída dos trabalhadores não residentes, e controlar, devida e oportunamente, o número dos mesmos.
 - Alargar o âmbito dos destinatários dos cursos de «formação remunerada».
- **Garantir as condições básicas de habitação aos residentes e concretizar a divisão da habitação em classes.**
 - Desenvolver os trabalhos de fiscalização da qualidade das primeiras 3 011 fracções da habitação económica.
 - Desenvolver, o mais rapidamente possível, a concepção e a construção da residência para idosos no Lote P da Areia Preta.
 - Promover a execução das obras da habitação social nas Avenidas de Venceslau de Moraes e de Tamagnini Barbosa, e concluir a construção da habitação social de Mong-Há.
- **Optimizar as instalações de cuidados de saúde e aperfeiçoar o respectivo regime.**
 - Executar as obras de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e do Edifício de Especialidade de Saúde Pública.
- **Lançar sucessivamente medidas e políticas em face do envelhecimento populacional.**
 - Rever e divulgar o «Plano Piloto de atribuição de subsídios aos prestadores de cuidados».
 - Estender o programa da proximidade de serviços médicos de especialidade a mais lares de idosos.
- **Construir progressivamente um sistema de segurança social com cobertura abrangente e sustentável.**
- **Reforçar a garantia dos direitos e interesses das mulheres e crianças, e promover políticas de apoio à família com vista ao reforço da harmonia das relações familiares.**
- **Defender os direitos e interesses dos consumidores, assegurar a estabilidade do abastecimento e do preço dos produtos de primeira necessidade.**



5 Promoção aprofundada da reforma da Administração Pública

- Promover a construção do «Governo digital», aumentar a eficácia da Administração.
- Continuar a trabalhar na reorganização da estrutura dos serviços públicos.
- Proceder à revisão do regime da delegação de poderes e diplomas legais relacionados.
- Rever o mecanismo de mobilidade e de afectação dos trabalhadores dos serviços públicos e implementar a gestão do número de quotas de trabalhadores para cada serviço público.
- Aperfeiçoar o mecanismo de formação de quadros qualificados em gestão da Administração Pública.
- Aumentar constantemente o nível da Governação Electrónica.
- Reforçar a produção legislativa nas áreas-chave.
- Melhorar o regime jurídico das empresas de capitais públicos.
- Reforçar a fiscalização dos fundos autónomos e proceder às necessárias reformas e melhoramentos nos sistemas de gestão, apreciação e aprovação de apoios financeiros da Fundação Macau e dos demais fundos autónomos, bem como proceder à respectiva publicidade.
- Combater severamente a corrupção nos sectores público e privado.
- Reforçar a fiscalização por auditoria, com vista a uma correcta aplicação dos dinheiros públicos pelos serviços públicos.



6 Formação e introdução de talentos para a realização da prosperidade de Macau e a sua promoção

- Definir o «Planeamento a Médio e Longo Prazo do Ensino Não Superior (2021-2030)» e a «Política de Juventude de Macau (2021-2030)».
- Promover ordenadamente a industrialização dos resultados de investigação do ensino superior e a criação do parque industrial universitário.
- Potenciar as funções da «Base para a Educação e Formação em Turismo da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau» e da «Base de Formação de Quadros Qualificados Bilingues em chinês e português».
- Maximizar a função da Base da Educação Patriótica, destinada aos jovens.
- Definir o Plano das Estratégias Gerais para o Desenvolvimento de Quadros Qualificados e inovar o Mecanismo de Avaliação de Quadros Qualificados.
- Apoiar os jovens no desenvolvimento do empreendedorismo e da inovação e auxiliar os jovens a estudar, trabalhar, efectuar intercâmbio e viver no Interior da China, com vista à sua integração na conjuntura geral do desenvolvimento do País.



Relatório das Linhas de Acção Governativa da RAEM para o Ano Financeiro de 2021

Prioridades

7 Promoção da construção de uma cidade inteligente com condições ideais de habitabilidade

- Promover a modernização do sistema e da capacidade de governação da cidade.
- Publicar o «Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040)», iniciar a elaboração dos planos de pormenor das diversas zonas.
- Acelerar o processo legislativo do «Regime Jurídico da Renovação Urbana».
- Aperfeiçoar as infra-estruturas de transportes entre Macau e a Taipa.
- Iniciar o estudo do «Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)».
- Estabelecer um novo regime de acesso à actividade de transporte aéreo de Macau.
- Realizar trabalhos de estudo e elaboração do zoneamento marítimo funcional e do plano das áreas marítimas.
- Reforçar as obras de prevenção e combate a inundações e melhorar o mecanismo de prevenção de inundações no Porto Interior.
- Reforçar o trabalho de promoção de protecção ambiental e redução de resíduos.
- Construir em Coloane, de forma faseada, um trilho de lazer.

8 Criação da Base de Intercâmbio e Cooperação Cultural

- Criar o «Conselho para a construção da Base de Intercâmbio e Cooperação Culturais».
- Promover o trabalho legislativo de salvaguarda e gestão do Centro Histórico de Macau.
- Proceder à fusão do Fundo de Cultura e o Fundo das Indústrias Culturais.
- Apoiar o desenvolvimento do sector desportivo e melhorar partes das instalações e equipamentos desportivos.

9 Defesa da segurança nacional e da estabilidade social

- Aperfeiçoar constantemente o regime jurídico da defesa da segurança nacional e o seu mecanismo de implementação.
- Intensificar a divulgação e sensibilização da segurança nacional.
- Continuar a realizar trabalhos de divulgação e promoção da Constituição e da Lei Básica de Macau.
- Garantir que a eleição da sétima Assembleia Legislativa decorra num ambiente de equidade, de justiça, de abertura e de integridade.
- Elevar a capacidade da execução da lei e garantir um ambiente seguro na RAEM.
- Elevar a capacidade de prevenção e de protecção da cibersegurança.
- Fortalecer o mecanismo de cooperação regional na prevenção conjunta policial
- Prevenir efectivamente a infiltração e intervenção de forças externas.

10 Integração proactiva na conjuntura geral do desenvolvimento do país

- Articular-se proactivamente com o Décimo Quarto Plano Quinquenal Nacional.
- Acelerar a construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin.
- Acelerar a construção do «Novo Bairro de Macau».
- Entrada em funcionamento, até finais de 2021, de parte das áreas da segunda fase da Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e zonas contíguas.
- Promover pragmaticamente a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.
- Entrada em funcionamento, em 2021, do Novo Acesso Fronteiriço Guangdong-Macau (Posto Fronteiriço Qingmao).
- Realizar estudos para impulsionar a circulação dos veículos de Macau em Guangdong via posto fronteiriço da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau.
- Optimizar medidas facilitadoras da deslocação dos residentes locais às cidades do interior da China que fazem parte da Grande Baía para trabalharem e viverem.
- Participar e apoiar a construção de «Uma Faixa, Uma Rota».
- Promover a construção da plataforma sino-lusófona e colaborar empenhadamente na realização da 6.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

ORÇAMENTO ORDINÁRIO INTEGRADO DA RAEM PARA O ANO ECONÓMICO DE 2021 - MAPA SÍNTESE

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2021 Proposta	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2021 Proposta
RECEITAS CORRENTES	65 903 870 800,00	Contribuições para regimes de protecção social	85 531 700,00
Impostos directos	7 572 127 400,00	Outras receitas correntes	101 107 300,00
Impostos indirectos	3 675 278 300,00	RECEITAS DE CAPITAL	30 159 228 700,00
Taxas, multas e outras penalidades pecuniárias	1 597 376 600,00	Venda de instalações e equipamentos	851 100,00
Rendimentos da propriedade	887 750 000,00	Activos financeiros	705 456 600,00
Receitas das concessões	50 414 434 500,00	Venda de acções e outras participações	101 000,00
Receitas financeiras	384 156 900,00	Outras receitas de capital*	29 452 820 000,00
Venda de bens e serviços	938 146 300,00	Receita do orçamento ordinário integrado	96 063 099 500,00
Transferências	247 961 800,00		

* "Outras receitas de capital" incluem a mobilização da reserva extraordinária da reserva financeira, no valor de MOP\$26 591 385 900,00.

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2021 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2021 Proposta
Governo da RAEM	22 305 500,00	Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	11 587 000,00
Gabinete do Chefe do Executivo	316 019 300,00	Delegação Económica e Cultural de Macau	16 337 300,00
Conselho Executivo	25 765 000,00	Direcção dos Serviços do Ensino Superior	107 005 100,00
Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça	44 183 700,00	Plano de investimentos e despesas de desenvolvimento da administração	18 510 892 300,00
Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	46 910 900,00	Pensões e Reformas	7 752 400,00
Gabinete do Secretário para a Segurança	36 907 100,00	Despesas Comuns	16 965 784 100,00
Gabinete da Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura	61 653 200,00	Consignações, comparticipações e transferências orçamentais	4 678 395 000,00
Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas	26 820 000,00	Serviços de Saúde	8 626 257 800,00
Polícia Judiciária	1 104 435 200,00	Instituto de Acção Social	3 549 765 200,00
Direcção dos Serviços de Finanças	607 855 400,00	Imprensa Oficial	92 569 000,00
Direcção dos Serviços de Economia	242 321 800,00	Instituto de Habitação	480 265 900,00
Direcção dos Serviços de Identificação	283 800 000,00	Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	652 207 800,00
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	240 978 000,00	Autoridade de Aviação Civil	88 499 700,00
Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	85 956 300,00	Instituto Politécnico de Macau	841 367 000,00
Direcção dos Serviços de Inspeção e Coordenação de Jogos	304 442 200,00	Universidade de Macau	2 577 073 500,00
Direcção dos Serviços de Turismo	369 302 300,00	Cofre dos Assuntos de Justiça	200 383 000,00
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	512 447 500,00	Conselho de Consumidores	50 290 000,00
Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	466 106 400,00	Instituto de Formação Turística de Macau	413 089 000,00
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	472 222 100,00	Obra Social da Polícia de Segurança Pública	54 487 900,00
Gabinete de Comunicação Social	153 768 100,00	Obra Social do Corpo de Bombeiros	8 314 800,00
Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos	159 267 000,00	Comissariado da Auditoria	162 115 700,00
Conselho dos Magistrados Judiciais	311 000,00	Gabinete do Procurador	445 747 600,00
Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	277 471 600,00	Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	643 896 700,00
Serviços de Polícia Unitários	48 076 000,00	Comissariado Contra a Corrupção	346 766 600,00
Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	2 752 525 000,00	Assembleia Legislativa	183 787 300,00
Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	960 430 200,00	Obra Social dos Serviços de Alfândega	3 462 500,00
Comissão de Desenvolvimento de Talentos	14 789 900,00	Obra Social da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	2 117 300,00
Comissão de Perícia do Erro Médico	8 076 700,00	Obra Social da Polícia Judiciária	5 629 600,00
Centro de Mediação de Litígios Médicos	2 766 600,00	Instituto para os Assuntos Municipais	3 068 733 900,00
Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional	72 218 000,00	Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	988 405 400,00
Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	76 565 500,00	Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	1 883 500,00
Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	208 767 800,00	Fundo de Acção Social Escolar	386 754 000,00
Gabinete de Informação Financeira	34 379 300,00	Fundo do Desporto	944 227 000,00
Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	48 633 500,00	Fundo de Cultura	360 878 400,00
Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos	67 166 900,00	Fundo de Turismo	671 270 700,00
Gabinete para o Planeamento da Supervisão dos Activos Públicos da Região Administrativa Especial de Macau	24 985 000,00	Fundo Social da Administração Pública de Macau	46 830 700,00
Instituto Cultural	1 033 118 000,00	Fundo Correccional	5 171 600,00
Instituto do Desporto	248 095 300,00	Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	361 568 900,00
Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	12 763 300,00	Fundo de Desenvolvimento Educativo	697 997 500,00
Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	5 816 315 900,00	Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	10 000 000,00
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	7 469 802 800,00	Fundo de Reparação Predial	44 525 100,00
Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	942 128 600,00	Fundo dos Pandas	3 172 000,00
Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas	4 390 300,00	Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética	12 537 800,00
Direcção dos Serviços Correccionais	678 553 100,00	Fundo das Indústrias Culturais	208 758 800,00
Delegação da RAEM em Pequim	24 503 300,00	Fundo de Garantia de Créditos Laborais	23 635 800,00
Serviços de Alfândega da RAEM	1 041 776 200,00	Fundo do Ensino Superior	202 067 800,00
		Despesa do orçamento ordinário integrado	95 216 342 800,00

Saldo do Orçamento Ordinário Integrado

Saldo do orçamento central	-	Saldo do orçamento ordinário integrado	846 756 700,00
Saldo da execução orçamental dos organismos autónomos	846 756 700,00	Despesa e saldo do orçamento ordinário integrado	96 063 099 500,00

ORÇAMENTO AGREGADO E ORÇAMENTO AGREGADO DE INVESTIMENTO DOS ORGANISMOS ESPECIAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2021 - MAPA SÍNTESE

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2021 Proposta	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2021 Proposta
RECEITAS CORRENTES	15 405 795 800,00	Venda de bens e serviços	577 987 900,00
Taxas, multas e outras penalidades pecuniárias	626 613 100,00	Transferências	4 682 888 000,00
Rendimentos da propriedade	86 217 100,00	Contribuições para regimes de protecção social	1 891 196 700,00
Receitas das concessões	1 570 880 000,00	Outras receitas correntes	13 941 700,00
Receitas financeiras	5 956 071 300,00	Receita do orçamento agregado dos organismos especiais	15 405 795 800,00

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2021 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2021 Proposta
Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações	573 805 700,00	Fundação Macau	2 672 408 400,00
Caixa Económica Postal	61 681 900,00	Fundo de Garantia de Depósitos	3 010 000,00
Fundo de Pensões	3 022 113 400,00	Despesa do orçamento agregado dos organismos especiais	15 347 417 000,00
Autoridade Monetária de Macau	2 681 439 700,00	Resultado líquido do exercício dos organismos especiais	58 378 800,00
Fundo de Segurança Social	6 324 242 100,00	Despesa do orçamento agregado e resultado líquido do exercício dos organismos especiais	15 405 795 800,00
Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	8 715 800,00		

Despesa do orçamento agregado de investimento dos organismos especiais

Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações	136 403 000,00	Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	-
Caixa Económica Postal	-	Fundação Macau	6 646 700,00
Fundo de Pensões	1 150 500,00	Fundo de Garantia de Depósitos	-
Autoridade Monetária de Macau	343 395 700,00	Despesa do orçamento agregado de investimento dos organismos especiais	501 775 900,00
Fundo de Segurança Social	14 180 000,00		

Prioridades da acção governativa das diversas áreas

Administração e Justiça

Nas perspectivas para o ano de 2021, o aprofundamento da reforma da Administração Pública continuará a ser o nosso trabalho prioritário. Tomando a promoção da governação electrónica como ponto de partida da reforma da Administração Pública, iremos empenhar-nos na promoção da eletrónica dos serviços públicos mais utilizados pelos cidadãos, rever as funções dos fundos públicos e respectivos regimes jurídicos, aperfeiçoar os regimes das carreiras, do recrutamento e da formação da função pública, entre outros, revendo os diplomas legais relativos às competências e responsabilidades do pessoal de direcção e chefia, otimizando a gestão dos trabalhadores dos serviços públicos e elevando a sua consciência de servir.

Simultaneamente, iremos continuar a elevar a eficácia do mecanismo de coordenação da produção legislativa, promovendo com carácter de prioridade os trabalhos legislativos estreitamente relacionados com a vida da população, a sociedade e a economia. Iremos aprofundar a divulgação da Constituição e da Lei Básica, bem como as leis e regulamentos relativos à defesa da segurança do Estado, contribuindo desta forma para que a sociedade tenha uma compreensão suficiente sobre o significado social e real de “Um País, Dois Sistemas”, de modo a salvaguardar conscientemente a soberania, a segurança e os interesses do desenvolvimento do Estado.

A construção de uma cidade saudável constitui outro dos trabalhos importantes na área da Administração e Justiça. Iremos reforçar os trabalhos de fiscalização, de retirada de sedimentos acumulados e de manutenção da rede de esgotos e construir mais trilhos verdes para lazer nas ilhas. Em articulação com a normalização dos trabalhos de combate à epidemia, iremos continuar a reforçar os trabalhos de inspecção e quarentena dos alimentos da cadeia de frio, no sentido de prevenir rigorosamente a importação de produtos alimentares contaminados pelo novo tipo de coronavírus para Macau. Iremos prosseguir com a optimização da gestão dos mercados e com a criação de uma nova imagem de mercados limpos, higiénicos, com preços justos e transparentes.

No domínio da Administração Pública:

- ▶ Aperfeiçoamento do sistema de competências e responsabilidades e da estrutura dos serviços;
- ▶ Consolidação plena da construção da governação electrónica;
- ▶ Reforço da gestão e formação dos funcionários públicos;
- ▶ Definição do regime para otimizar a colaboração interdepartamental;
- ▶ Apoio à eleição para a 7.ª Assembleia Legislativa.

No domínio das acções na área jurídica:

- ▶ Consolidação dos resultados obtidos no planeamento e coordenação da produção legislativa;
- ▶ Dedicção à promoção da produção legislativa nas áreas-chave;
- ▶ Impulso contínuo à recensão da legislação previamente vigente;
- ▶ Alargamento do pensamento para elevar a eficácia da divulgação jurídica;
- ▶ Promoção de intercâmbios inter-regional e internacional.

No domínio dos serviços municipais:

- ▶ Promoção das obras municipais para melhoria do ambiente;
- ▶ Reforço da fiscalização da segurança alimentar em articulação com a prevenção da epidemia;
- ▶ Aperfeiçoamento da gestão do regime e das instalações dos mercados municipais;
- ▶ Embelezamento das vias e aumento dos espaços de lazer;
- ▶ Aumento quantitativo e qualitativo para o reforço da arborização urbana.



- ▶ Aproveitar plenamente as medidas de apoio do Governo Central a favor de Macau, no sentido de fortalecer o sector financeiro moderno;
- ▶ Desenvolver a indústria da medicina tradicional chinesa (MTC), em articulação com o regime de registo e controlo de produtos farmacêuticos da MTC;
- ▶ Aprofundar a exploração de oportunidades de negócio, criando um novo motor para o desenvolvimento do sector de convenções e exposições.

Cooperação regional

- ▶ Aproveitar as oportunidades e participar activamente nos trabalhos de construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e da Zona de Consolidação da Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin;
- ▶ Integrar no grande ciclo da economia nacional através da cooperação regional.

Plataforma sino-lusófona

- ▶ Acompanhar os trabalhos da 6.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau);
- ▶ Desenvolver o comércio digital e a indústria do comércio electrónico transfronteiriço entre a China e os países lusófonos.

Jovens e bem-estar da população

- ▶ Apoiar a inovação, empreendedorismo e emprego juvenil;
- ▶ Assegurar o abastecimento estável dos bens relacionados com a vida quotidiana da população.



Segurança

Empenhar-se na promoção do estabelecimento do sistema de defesa de segurança nacional, executar efectivamente a nova legislação de protecção civil, levar a efeito, de forma contínua e com alta eficiência, a construção gradual do sistema do policiamento inteligente, aprofundar o modelo de policiamento moderno e melhorar todos os regimes e medidas para incrementar a eficiência de gestão de segurança, com vista a proporcionar uma garantia de segurança de Macau mais efectiva.

Segurança nacional em geral

- ▶ Criar uma unidade que execute a lei da segurança do Estado, aperfeiçoar o mecanismo de execução e proceder a um planeamento a longo prazo relativo à implementação das respectivas medidas;
- ▶ Reforçar os trabalhos de sensibilização e educação, responder activamente aos factores de risco e garantir a segurança em geral.

Trabalhos de execução prospectiva da lei

- ▶ Desenvolver o estudo e análise de dados, promover a implementação prospectiva do trabalho de execução de lei e reforçar a capacidade de alerta e de prevenção;
- ▶ Intensificar a operação conjunta na Zona de Grande Baía, dar importância aos riscos relacionados com as substâncias perigosas e iniciar a legislação relativa ao seu controlo.

Renovação da área de protecção civil

- ▶ Reestruturar os SPU, prosseguir a implementação do regime jurídico de protecção civil e executar o planeamento do voluntariado da protecção civil;
- ▶ Aprofundar a gestão inteligente da protecção civil, reforçar as acções de divulgação e os exercícios, com vista a aumentar a eficiência de coordenação e cooperação.

Gestão rigorosa e flexível

- ▶ Melhorar a fiscalização interna e externa, implementar uma gestão rigorosa e flexível para promover as características identitárias do corpo policial;
- ▶ Proceder a acções de formação que acompanhem a evolução dos tempos, organizar seminários de alta qualidade e promover a renovação dos trabalhos policiais.

Policimento inteligente

- ▶ Acelerar o projecto de policiamento inteligente, esforçar-se na sua aplicação preliminar e aproveitá-lo para promover os trabalhos policiais;
- ▶ Aperfeiçoar dispositivo dos “Olhos no Céu”, reforçar a gestão da cibersegurança e aproveitar bem o sistema de fiscalização marítima.

Acções conjuntas polícia-cidadão

- ▶ Tomar iniciativa de ouvir as opiniões, promover a interacção positiva e melhorar os detalhes da execução policial;
- ▶ Optimizar a técnica do policiamento de proximidade, dar importância à cooperação entre a polícia e os jornalistas para reforçar a eficácia de cooperação.

Facilitação na passagem fronteira

- ▶ Prestar apoio à promoção da passagem fronteira do Posto Fronteiriço Qingmao, aperfeiçoar as medidas de passagem fronteira de Hengqin e atenuar a pressão respectiva;
- ▶ Esforçar-se na conclusão da revisão legislativa, garantir a segurança de migração e introduzir mais medidas favoráveis aos cidadãos.

Cooperação e correcção

- ▶ Reforçar, de forma contínua, a gestão penitenciária, administrar com rigor a disciplina do pessoal e aperfeiçoar a respectiva carreira;
- ▶ Esforçar-se no impulso das obras do estabelecimento prisional, reforçar a gestão da segurança e empenhar-se no apoio à reinserção social.

Execução da lei no âmbito financeiro

- ▶ Avaliar atempadamente a evolução e as tendências, reforçar a cooperação com os sectores público e privado e empenhar-se na prevenção e combate ao branqueamento de capitais;
- ▶ Desenvolver as acções de intercâmbio e de cooperação, aplicar com precisão as informações financeiras por forma a que os trabalhos de execução da lei sejam eficientemente concretizados.



Economia e Finanças

Na área da Economia e Finanças, os objectivos definidos são os seguintes: estabilização da economia, garantia do emprego, manutenção das condições de vida da população, alargamento da procura interna e integração no grande ciclo da economia nacional, constituindo as respectivas políticas traçadas a salvaguarda e estímulo à vitalidade do corpo principal da economia, manutenção da estabilidade financeira e monetária, promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia, continuação da garantia do emprego dos residentes, melhoramento do ambiente comercial, intensificação do efeito de impulsionamento dos sectores de turismo e de convenções e exposições, assim como participação nos trabalhos de construção da Zona de Consolidação da Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin.

Domínio financeiro e monetário

- ▶ Promover políticas financeiras proactivas, mobilizando uma verba de 18,5 mil milhões de patacas para alargar a procura interna;
- ▶ Proceder à contenção das despesas públicas na condição em que os benefícios associados ao bem-estar da população não sejam afectados;
- ▶ Promover, de forma faseada, o trabalho de produção legislativa do regime da contratação pública;
- ▶ Assegurar a segurança e a estabilidade financeiras.

Turismo e jogo

- ▶ Aprofundar a integração intersectorial de “Turismo +”, promovendo o desenvolvimento do turismo inteligente e do turismo de qualidade;
- ▶ Aperfeiçoar a legislação relativa ao jogo;
- ▶ Intensificar a monitorização do sector do jogo através de meios tecnológicos.

Emprego e micro, pequenas e médias empresas

- ▶ Proporcionar 60 mil vagas de cursos de formação subsidiada, elevando as habilidades técnicas dos trabalhadores locais e assegurando a estabilidade do emprego dos mesmos;
- ▶ Acompanhar os trabalhos de elaboração da “Lei Sindical” e de outros diplomas e regulamentos da área de trabalho, assegurando os direitos e interesses laborais;
- ▶ Promover a aplicação generalizada, junto das PME, do pagamento móvel e dos meios tecnológicos para melhoramento da qualidade dos seus serviços e produtos.

Diversificação adequada da economia

- ▶ Reforçar o poder de suporte da inovação científica e tecnológica na promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia;

Prioridades da acção governativa das diversas áreas

Assuntos Sociais e Cultura

A Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura vai dar prioridade à estabilidade social e à promoção do bem-estar da população e, ao mesmo tempo, envidar esforços em prol do desenvolvimento local, persistindo na ideologia “consolidar as bases” e “alcançar, com perseverança, um progresso constante, assegurando a estabilidade”. Em simultâneo, irá criar uma base sólida para a prosperidade e estabilidade de Macau, a partir dos domínios da saúde, da educação e da juventude, da acção social e da segurança social, da cultura e do desporto.

Desenvolvimento dos trabalhos eficazes para a normalização da prevenção e controlo da epidemia

- ▶ Reforço dos trabalhos da prevenção e de controlo conjunto a nível inter-regional;
- ▶ Desenvolvimento dos trabalhos de planeamento e de preparação para a instalação de posto de inspecção sanitária de Qingmao;
- ▶ Definição das medidas específicas de prevenção e controlo à epidemia divididas por categorias e zonas;
- ▶ Definição do projecto de criação de um hospital de campanha.

Impulso na construção de instalações públicas

- ▶ Entrada em funcionamento do primeiro centro de serviços integrados para pessoas com demência;
- ▶ Esforço pela conclusão da obra interna do Centro de Saúde de Seac Pai Van em Coloane;
- ▶ Empenho nos preparativos da fase inicial para o funcionamento do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas;
- ▶ Desenvolvimento do projecto da concepção da Nova Biblioteca Central de Macau;
- ▶ Conclusão do projecto da concepção do Teatro de Caixa Preta do Centro Cultural de Macau;
- ▶ Definição do modo de gestão aquando da conclusão da obra e posterior entrada em funcionamento do Centro Desportivo Mong-Há.

Optimização dos trabalhos de educação e formação de quadros qualificados

- ▶ Lançamento do “Planeamento a médio e longo prazo do ensino não superior (2021-2030)”;
- ▶ Publicação da “Política de Juventude de Macau (2021-2030)”;
- ▶ Promoção da criação da “escola inteligente”;
- ▶ Coordenação da proporção do recrutamento dos estudantes do Interior da China;
- ▶ Promoção da aplicação e transformação dos resultados científicos e tecnológicos;
- ▶ Continuação da implementação do “Programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo”.

Aumento da eficácia dos serviços sociais através da utilização de meios tecnológicos

- ▶ Introdução de um sistema assistido por inteligência artificial na terapia da fala infantil;
- ▶ Planeamento de um projecto de cuidados inteligentes destinado à residência para idosos;
- ▶ Introdução da tecnologia avançada de identificação para efectuar a prova de vida;
- ▶ Optimização do sistema electrónico do Regime de previdência central não obrigatório.

Desenvolvimento da cultura e do desporto

- ▶ Realização da “Arte Macau: Bial Internacional de Arte de Macau 2021”;
- ▶ Revitalização parcial e abertura faseada ao público da antiga Fábrica de Panchões Iec Long;
- ▶ Atribuição de prémios da 1.ª edição da candidatura aos prémios na área das indústrias culturais;
- ▶ Organização das seleções preliminar nos eventos desportivos de grande envergadura;
- ▶ Organização do “Torneio de Futsal U-20 por convite entre a China e os Países e Regiões de Língua Portuguesa 2021”.



O Chefe do Executivo inspecionou as instalações de saúde

Transportes e Obras Públicas

A acção governativa da tutela dos Transportes e Obras Públicas visa servir a população e satisfazer as necessidades dos residentes nas áreas que abrange, sendo envidados todos os esforços nos trabalhos relativos à habitação pública, transportes, protecção ambiental, planeamento urbanístico, renovação urbana e infraestruturas.

Planeamento urbanístico

- ▶ Publicação do relatório final sobre a consulta pública do Plano Director;
- ▶ Promoção dos trabalhos subsequentes em coordenação com o Regime Jurídico da Renovação Urbana;
- ▶ Gestão de solos de acordo com a Lei de Terras;
- ▶ Impulsionamento do processo legislativo relativo à utilização das áreas marítimas.

Construções e investimentos de desenvolvimento

- ▶ Promoção das obras de construção da quarta ponte Macau-Taipa;
- ▶ Promoção dos trabalhos para a construção de habitação pública;
- ▶ Desenvolvimento da rede do Metro Ligeiro de acordo com o programado;
- ▶ Conclusão da construção do novo acesso transfronteiriço entre Guangdong e Macau.



Desenvolvimento das infraestruturas da Zona A

Habitação

- ▶ Atribuição, por arrendamento, das fracções de habitação social renovadas e de outras que serão construídas, aos agregados familiares elegíveis do concurso de 2017;
- ▶ Conclusão da apreciação preliminar das candidaturas às 3011 fracções de habitação económica previstas para três lotes da Zona A, bem como do respectivo sorteio e da elaboração da lista de ordenação dos candidatos.

Transportes

- ▶ Promoção dos trabalhos relativos ao Estudo do Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030);
- ▶ Entrada em vigor dos novos contratos e aperfeiçoamento dos serviços de autocarros;
- ▶ Criação contínua de redes pedonais e incentivo às deslocações amigas do ambiente;
- ▶ Implementação do Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau.

Protecção ambiental

- ▶ Promoção da reciclagem selectiva e aperfeiçoamento e alargamento da rede de recolha na comunidade;
- ▶ Promoção da redução e da recolha de resíduos alimentares e incentivo aos hotéis com condições para tratarem localmente os respectivos resíduos;
- ▶ Promoção faseada dos trabalhos de reordenamento dos pontos negros de emissão de águas residuais na costa de Macau;
- ▶ Ampliação e optimização contínua da rede de monitorização meteorológica e da rede de vigilância da qualidade do ar.

Gestão do fornecimento público

- ▶ Conclusão das obras da estrutura principal de ampliação da Barragem de Ká-Hó;
- ▶ Início da construção do gasoduto subaquático de fornecimento de gás;
- ▶ Revisão e reformulação do programa de tarifas de electricidade progressivas e do programa de tarifas para o serviço de carregamento público de veículos eléctricos.

Comissariado contra a Corrupção

2021 é o ano das eleições para a VII Assembleia Legislativa da RAEM, o CCAC exercerá então as suas funções de fiscalização nos termos da lei, envidando todos os esforços, por diversos meios, nas acções anti-corrupção eleitoral, a fim de assegurar a integridade das eleições.

Prevenção da corrupção eleitoral. Generalização da integridade

- ▶ Desenvolver, de forma abrangente, as acções de divulgação relativas às eleições limpas, em harmonia com o plano promocional de longo prazo como “Todos pela Integridade”, etc.;
- ▶ Realizar, de forma contínua, diversas acções de sensibilização para a honestidade, transmitindo às famílias, às escolas e à comunidade as mensagens da honestidade e da integridade.

Combate à corrupção. Boa fiscalização do erário público

- ▶ Criar um grupo anti-corrupção eleitoral, disponibilizar plataformas *online* e telefónica para denúncias relacionadas com as eleições, fiscalizar locais com maior possibilidade de ocorrência de actos de corrupção eleitoral;
- ▶ Combater constantemente os crimes de corrupção nos sectores público e privado e os diversos crimes de burla ao erário público.

Unificação de processos de investigação. Promoção de cooperação inter-serviços

- ▶ Incentivar os cidadãos a apresentar queixas ou denúncias com identificação;
- ▶ Implementar o sistema de fiscalização subsequente e a revisão do “Plano para uma Gestão Íntegra”;
- ▶ Promover cooperação entre o CCAC e a Auditoria nos concretos projectos de fiscalização aos activos públicos;
- ▶ Promover coordenação inter-serviços sobre os objectos dos processos da provedoria de justiça.

Intercâmbio na Região da Grande Baía. Alargamento dos horizontes

- ▶ Reforçar a comunicação e o intercâmbio acentuado com a Comissão Nacional de Supervisão e com as respectivas autoridades competentes, de acordo com o Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e com o posicionamento de desenvolvimento de Macau como “Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base”;
- ▶ Participar, recorrendo à tecnologia informática, no trabalho de avaliação, realizado pela China, no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Criação de sistemas. Solidificação da base e procura da inovação

- ▶ Criar novos sistemas como o dos processos electrónicos do CCAC, acompanhando a governação electrónica;
- ▶ Acrescentar novas funções de conveniência, como a marcação prévia, na página electrónica, para a apresentação presencial de queixas ou denúncias e para a entrega da declaração de bens patrimoniais e interesses, etc.;
- ▶ Reforçar a formação profissional e técnica do pessoal;
- ▶ Rever os diplomas legais relativos à orgânica e à organização e funcionamento do Serviço do CCAC, procurando apresentar os respectivos projectos de propostas legislativas o mais rápido possível, para efeitos de elaboração e alteração dos mesmos.

Comissariado da Auditoria

Em 2021, o CA vai continuar a acompanhar de perto o lema de “boa governação” do Governo da RAEM, firme nos princípios da independência na execução das acções de auditoria e do controlo da legalidade, e prosseguirá as suas atribuições de auditoria no sentido de prestar atenção à implementação efectiva de políticas governativas, com o objectivo de garantir a legalidade e a regularidade das contas públicas, e intensificando a profundidade e abrangência da auditoria e fiscalização.

Auditoria financeira baseada em programa informático de auditoria *in loco*

- ▶ Em sintonia com a Lei do enquadramento orçamental e tendo em consideração os seus novos requisitos e disposições, e baseado nos resultados de implementação da respectiva lei no ano anterior, o CA vai efectuar os devidos ajustamentos aos vários procedimentos de trabalho e optimizar os pormenores de execução;
- ▶ O CA vai aplicar em pleno o Programa Informático de Auditoria *in loco* (edição de Macau) já actualizado e modificado, desenvolvendo as várias funcionalidades do programa.

Auditorias de resultados e específicas

- ▶ Através de realização de auditorias o CA continuará a promover nos serviços públicos a boa aplicação do erário público, a prevenção de desperdícios de recursos, o aperfeiçoamento do desempenho e o aumento da transparência. O CA procurará identificar os potenciais riscos, consciencializando os serviços públicos para o dever do cumprimento das suas responsabilidades e a resolução dos seus problemas, e ainda, aperfeiçoando a qualidade dos serviços públicos.

Promoção da boa utilização de recursos públicos

- ▶ O CA irá continuar a disseminar a cultura de auditoria e a consciência do uso parcimonioso de recursos através da apresentação “Conhecer a cultura de auditoria” que se integra no Programa de Formação Essencial para os Funcionários Públicos, destinado aos trabalhadores dos serviços públicos, reforçando deste modo o diálogo e a troca de opiniões de ambas as partes.

Capacitação da equipa de auditoria

- ▶ O CA irá reforçar as acções de formação interna para elevar as competências do seu pessoal, nomeadamente, nos domínios das tecnologias de informação e de análise integrada das políticas.

Intercâmbio dos trabalhos de auditoria

- ▶ De acordo com o plano estabelecido, o CA continuará a participar activamente em reuniões internacionais e actividades de intercâmbio e, ainda, aplicando os novos conhecimentos ao trabalho quotidiano.